

## Crise contemporânea: estratégias de reversão e o acirramento das contradições

Marcos Antonio Tavares Soares<sup>1</sup>  
Andréa Braz da Costa<sup>2</sup>

Os anos de 1970 foram marcados pela instabilidade da economia mundial, quando se observou brusca variação cambial, crise do petróleo, processo inflacionário em diversas economias nacionais, que culminou com a recessão de 1975. Esta crise levou ao enfraquecimento das políticas econômicas de orientação keynesiana, deixando, o Estado, de assegurar as condições de reprodução do capital no âmbito da economia nacional. Apesar do enfraquecimento da regência do Estado sob a demanda efetiva, ele ainda mantém o controle sobre a regulação do mercado de trabalho, no que se refere à oferta de força de trabalho.

A crise do capital dos anos de 1970 revelou o esgotamento do modo de organização do trabalho (fordismo) e de regulação do consumo, bem como do investimento na economia (keynesianismo) como formas de impulsionar a reprodução do capital. *Pari passu* à crise, novo papel é atribuído ao Estado, assim, desenvolvem-se novas formas de organizar a produção, de regular o mercado de trabalho, além do consumo e dos investimentos.

Em um quadro de instabilidade sócio-econômica, são sugeridas, como caminho para sair da crise, propostas dos mais diversos matizes teóricos como, por exemplo, as de fundamentação keynesiana (desenvolvimentista) e as de orientação neoliberal. Os defensores da primeira propõem maior intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento e da aceleração do crescimento econômico; já as sugestões da segunda apontam para a necessidade de um Estado mínimo, da flexibilização das leis trabalhistas, do fortalecimento do livre mercado e de apoio, via microcrédito, a atividades geradoras de ocupação e renda nas periferias dos grandes centros urbanos.

A hegemonia das políticas macroeconômicas de fundamentação neoliberal se cristaliza nos anos de 1990, passando a orientar as políticas públicas de parte significativa dos governos dos países “em desenvolvimento”. Isso tudo é feito em nome do crescimento econômico, do desenvolvimento humano e do emprego.

Entretanto, o que se observa é, por um lado, o fortalecimento de grupos empresariais (centralização de capital) e, por outro, a expansão de formas de trabalho precárias. Em 1995, por exemplo, cinco países capitalistas avançados (Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Reino Unido) partilhavam entre si 168 das 200 maiores empresas multinacionais. Estas 168 empresas realizavam 85,9% do volume global de negócios das 200 maiores. Em 1998, os cinco países mencionados controlavam 170 empresas, que realizavam 86,5% do volume de negócios global das 200 maiores (CLAIRMONT apud TOSSAINT, 2002, p.62).

Na ótica do capital, torna-se imperativa a exploração, cada vez mais intensa, de formas de trabalho que se contraponham a tendência declinante da taxa de lucro; e, pelo lado do trabalho, faz-se necessário encontrar alternativas geradoras de ocupação e renda.

Para resolver o primeiro problema, os capitalistas vão buscar ampliar a geração de mais-valia absoluta, que vai ocorrer por meio de formas de trabalho precárias, as quais se

---

<sup>1</sup> Professor de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e pesquisador do NETPS

<sup>2</sup> Professora de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e pesquisadora do NETPS

destacam pelo seu caráter de informalidade. No que se refere ao segundo problema, a “solução”, por parte do trabalho, pode ser observada na economia dos setores populares, onde o trabalhador tem encontrado alternativas de sobrevivência como, por exemplo, aquelas desenvolvidas no âmbito do trabalho informal (sub-contratação, trabalho domiciliar) e da economia solidária (cooperativas, associações de trabalhadores, empresas autogestionadas e redes solidárias).

Em suma, a crise do capital iniciada no último quartel do século XX exigiu uma reestruturação produtiva e uma postura (neo)liberal do Estado frente às novas determinações do capital. O epicentro da crise se encontra na tendência decrescente da taxa de lucro. E os instrumentos de contraposição a essa tendência, utilizados pelo capital, que se vinculam diretamente à exploração da força de trabalho são: redução do salário; aumento da extração de mais valia (principalmente a mais valia absoluta); deslocamento espacial da produção industrial sem precedentes na história. Esses mecanismos que se contrapõem ao descenso da taxa de lucro atuam de forma simultânea sob a regência do capital.

Desse “desenvolvimento” do capitalismo, resulta para o trabalhador o decréscimo no número de postos de trabalho e a precarização dos que surgem, por meio da retomada de formas de superexploração aparentemente superadas, como, por exemplo, o processo de informalidade que se desenvolve *vis a vis* a produção baseada em alta tecnologia.

Com isso, têm-se potencializado as contradições iminentes ao modo de produção capitalista, as quais se manifestam, de um lado, pelo aumento da riqueza nas mãos de uma classe e, do outro: pelo aumento da pobreza; pelo aumento do fosso entre as nações ricas e as nações cada vez mais pobres; pelo lado do capital via acumulação de privilégios; pelo lado do trabalho via perda de direitos; pela oposição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a desumanização do trabalhador. Diante desse contexto, a barbárie é apenas uma forma das contradições se manifestarem nas relações sociais como um subproduto do modo de produção capitalista.

Deve-se salientar que os mecanismos de contraposição à queda da taxa de lucro têm criado as condições para uma crise ainda maior, uma vez que, para reverter a crise estrutural que assola o capitalismo, os meios encontrados levam, por um lado, à intensificação da superexploração, o que aumenta a massa de excluídos e, por outro, a uma contínua tendência declinante da taxa de lucro, uma vez que a concorrência capital *versus* capital (CxC) e capital *versus* trabalho (CxT) são inelimináveis no capitalismo.

Entendemos que a crise atual não pode ter solução dentro dos limites da lógica do modo de produção capitalista, assim como diz Mészáros (2003, p.108) “somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural”. Esta alternativa é a construção do socialismo.